



Índice

- 01** [Índígenas se reúnem em Miranda para definir retomada de Aldeia Buriti](#)
- 02** [Carta de repúdio à PEC 215 e pela defesa da demarcação das terras indígenas e quilombolas](#)
- 03** [Professores do RS e de SC denunciam falhas na educação escolar indígena nos estados](#)
- 04** [Hemocentro de João Pessoa realiza ação de saúde para identificar portadores de doença falciformes em quilombolas](#)
- 05** [Licenciamento ambiental é tema de debate em Brasília \(DF\)](#)
- 06** [Orquestra Indígena de MS se apresenta no Rio durante a Copa](#)
- 07** [Além de terras, assembleia indígena vai discutir saúde e educação](#)
- 08** [Justiça lamenta recentes episódios de conflito envolvendo terras indígenas](#)
- 09** [Índígenas se reúnem em Miranda para definir retomada de Aldeia Buriti](#)
- 10** [Prefeitos do Alto Uruguai se reúnem com Ministério da Justiça para tratar de conflitos com indígenas](#)
- 11** [Guerra entre brancos e índios: Parlamentar pediu investigação sobre declarações de líder indígena](#)
- 12** [Indígena da Bahia cola grau em Medicina na UFT e agradece acolhimento recebido](#)



- 13** [Campanha Tamuaté-Aki – Felício Pontes: Quais são as maiores ameaças aos direitos indígenas?](#)
- 14** [Negligenciados, Kaingangs Demarcam Terras Por Conta Própria](#)
- 15** [Ribeirinhos reafirmam não às barragens no Tapajós](#)
- 16** [Famílias ribeirinhas abandonam casas por causa da cheia do Rio Paraguai](#)
- 17** [Conferência debate cidadania indígena e quilombola em MS](#)
- 18** [Gestantes indígenas em Porto Real do Colégio recebem cestas nutricionais](#)
- 19** [Professor da UFAM lança livro sobre doenças mentais entre os indígenas](#)
- 20** [Produtores de MS debatem amanhã PEC da demarcação](#)
- 21** [Governo do RS doará terras para tentar resolver conflito agrário](#)
- 22** [Livro indígena é lançado no Norte Araguaia](#)
- 23** [Carro de luxo roubado em Cuiabá é apreendido com indígena em Campinápolis](#)
- 24** [Deputado participa de lançamento de livros sobre a cultura indígena](#)
- 25** [Indígenas que procuram por vacina em posto de saúde tem atendimento negado](#)
- 26** [Prefeitura efetua cadastramento de famílias indígenas que realizam comércio ambulante](#)
- 27** [Indígenas bloqueiam estrada que liga Faxinalzinho à região de Erechim](#)
- 28** [Indígenas podem ser despejados para 463, onde oito já morreram. MPF divulga vídeo](#)
- 29** [Justiça aponta falhas em saúde indígena no Estado](#)



Boletim de Notícias - Edição nº 79/ 2014

Brasília, 08 de maio de 2014.

30 [Deputados federais discutem cidadania indígena e quilombola em MS](#)



Índigenas se reúnem em Miranda para definir retomada de Aldeia Buriti

SÍTIO MIDIAMAX, 08.05.2014

Tainara Rebelo

Indígenas e professores começaram a chegar na região de Miranda, no sul do Estado, para dar início, logo mais à noite, à assembleia geral, marcada para acontecer entre hoje (7) e sábado (10). O principal assunto a ser discutido é sobre o procedimento que será adotado para a retomada da Aldeia Burtiti.

De acordo com o líder Lindomar Terena, a expectativa é que cerca de mil pessoas, entre indígenas, professores e trabalhadores da educação e saúde indígena, se reúnam para traçar a retomada das terras. "A retomada é o único instrumento que nos resta, vamos estudar como será feita", disse o líder terena em entrevista ao Midiamax em 30 de abril.

A data era o prazo limite para que os produtores apresentassem ao Ministério da Justiça um laudo com nova avaliação das terras da região da aldeia Buriti, mas o prazo não foi cumprido. Com isso, os indígenas marcaram essa assembleia para definir a retomada.



Boletim de Notícias - Edição nº 79/ 2014

Brasília, 08 de maio de 2014.

Carta de repúdio à PEC 215 e pela defesa da demarcação das terras indígenas e quilombolas

SÍTIO CIMI, 07.05.2014

Carta de repúdio à PEC 215 e pela defesa da demarcação das terras dos indígenas e quilombolas

Nós, homens e mulheres do Centro de Estudos Bíblicos – CEBI vindos de 20 Estados do país, reunidos em Luziânia – GO de 01 a 04 de maio de 2014, participantes do Seminário de Povos Originários, manifestamos nosso veemente repúdio contra a crescente intensificação dos ataques promovidos contra o direito dos povos indígenas garantidos na Constituição da República Federativa do Brasil nos seus artigos 231 e 232.

Somos um grupo de pessoas comprometidas com a valorização e preservação das populações tradicionais e povos indígenas. Reconhecemos que o Brasil é um país democrático e que deve proceder de forma a respeitar e preservar o seu PATRIMÔNIO CULTURAL. Denunciamos que a PEC 215, que transfere do Poder Executivo para o Legislativo a competência para a demarcação das terras indígenas e dos quilombolas, afeta profundamente O DIREITO DE PRESERVAÇÃO DOS ESPAÇOS CULTURAIS DOS POVOS, por colocar em risco a sobrevivência de centenas desses povos.

Por isso pedimos a imediata rejeição da PEC 215 pelo Congresso Nacional.



Professores do RS e de SC denunciam falhas na educação escolar indígena nos estados

SÍTIO CIMI, 07.05.2014

Nós, professores indígenas dos povos Kaingang, Guarani Mbya e Xokleng, participantes do “ Encontro dos educadores indígenas” realizado nos dias 03 e 04 de maio de 2014 em Chapecó-SC, representando 14 Terras indígenas e mais de 20 aldeias dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, denunciamos: a situação de nossas escolas e da educação escolar indígena; a falta de autonomia dos povos indígenas com a gestão de suas escolas; a distância das coordenadorias dos estados com a educação escolar.

A falta de formação continuada para nossos professores e o não cumprimento das responsabilidades e atribuições do estado e das esferas municipais para com a educação indígena, impedem nossos povos de ter acesso a uma educação diferenciada baseada em nossos costumes, tradições e especificidade de cada povo, ferindo assim nossos direitos conquistados em luta e a própria Constituição Federal de 1988, Convenções internacionais como a 169 da OIT e demais legislação indigenista.

Frente a isto, nossos professores estão se organizando através de uma articulação e formação de uma comissão indígena composta por representantes dos estados e desde já exigimos dos órgãos responsáveis o cumprimento emergencial e imediato das demandas abaixo listadas, e que estes órgãos garantam nosso direito a uma educação baseada na especificidades de cada um dos povos que assinam este documento:

- Que seja garantida a formação continuada para professores indígenas.
- Que seja garantida a participação indígena na gestão das escolas, inclusive em cargos de direção e coordenações, para isso, que sejam garantidos concursos ou mecanismos que garantam essa participação.
- Criação de Concurso público para efetivação de professores indígenas. Que seja garantida a participação dos povos indígenas na elaboração do mesmo.
- Junto ao MEC aprofundar a discussão a respeito do “Programa Nacional dos Territórios Étnico-Educacionais”.
- Que seja criado e garantido um sistema educacional próprio para os povos indígenas.
- Criação de espaços internos dentro das coordenadorias/gerências onde os indígenas possam discutir e deliberar de forma direta suas políticas e ações para a educação aproximando assim os setores pedagógicos e de relações humanas das demandas das comunidades.

Anunciamos como representantes dos povos Kaingang, Guarani Mbya e Xokleng que compõe

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 79/ 2014

Brasília, 08 de maio de 2014.

esta Comissão entre indígenas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina:

Povo Kaingang: Ari Neres, Vanisse Domingos, Jocemar Kovenh Garcia, Valmor Venhbra, Pedro Alves de Assis.

Povo Guarani Mbya: Eunice Antunes, Adão Antunes, Carlos da Silva, Cecília Barbosa, Marcos Moreira.

Povo Xokleng: Aristides Kriri, Josiane de Lima, Copacãm Tschucambang, Woie Kriri Sobrinho Patte, Vouge Camlem.

Chapecó – SC, 04 de maio de 2014.



Hemocentro de João Pessoa realiza ação de saúde para identificar portadores de doença falciformes em quilombolas
SÍTIO PARAÍBA.COM, 07.05.2014

O Hemocentro de João Pessoa realiza nesta quarta-feira (7) na cidade de Manaíra, no Sertão do Estado, um mutirão de saúde em parceria com a Secretaria de Estado da Mulher e Diversidade Humana. A ação acontece na comunidade quilombola Fonseca no município no horário das 9 as 17 horas no Salão Comunitário da comunidade e deverá beneficiar 187 pessoas de 57 famílias.

De acordo com a diretora do Hemocentro de João Pessoa, Sandra Sobreira serão realizadas orientações nutricionais sobre deficiência de vitaminas que causa a cegueira noturna como também sobre doença falciforme. Ainda durante o mutirão será feita coleta de sangue para exame de eletroforese/anemia falciforme e um levantamento de demandas de saúde e doenças da comunidade.

“O nosso objetivo é rastrear e identificar as pessoas portadoras do Traço Falcêmico e/ou da doença falciforme, e poder fazer o controle e orientação, bem como identificar o percentual da comunidade que possui o traço e/ou doença, através do cadastro no hemocentro coordenador”, explicou Sandra Sobreira.

Sobre a doença - No País existem mais de 30 mil pessoas cadastradas com a Doença nos hemocentros e hospitais de referência, segundo o Ministério da Saúde. Na Paraíba são mais de 300 pessoas com a Anemia Falciforme, segundo informações da Associação de Pessoas Portadoras de Anemia Hereditária – ASPPAH.

Os sintomas da doença são diversificados, como dores ósseas, dores na barriga, infecções repetidas, podendo levar à morte. Crianças e adultos podem apresentar palidez e ter o branco dos olhos amarelado, o que pode ser confundido com hepatite.

O reconhecimento da doença no recém-nascido é feito pelo teste do pezinho, na sua primeira semana de vida. Crianças maiores de quatro meses, jovens e adultos que não fizeram o teste do pezinho podem realizar o exame de sangue para o diagnóstico da doença.

Tratamento – Na Paraíba, os pacientes com anemia falciforme podem receber tratamento nos Hemocentros e também nos hospitais universitários Lauro Wanderley (em João Pessoa) e Alcides Carneiro (em Campina Grande). No Hemocentro, os pacientes passam por exames periódicos de hemograma, sorologia e eletroforese de hemoglobina pelo método Cromatografia Líquida de Alta Resolução (HPLC), além de receber medicação. O tratamento é realizado por uma equipe multiprofissional, formada por médico (hematologista), enfermeiro, assistente social, psicólogo, fisioterapeuta, nutricionista e odontólogo.

A população pode obter mais detalhes sobre as doenças falciformes pelos telefones da

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 79/ 2014

Brasília, 08 de maio de 2014.

Associação: 3225-4854/8897-1340/8850-1548/8809-4139 ou pelo e-mail: asppah@gmail.com
e o endereço [HTTP://:asppah.wordpress.com](http://asppah.wordpress.com).

Assessoria



Licenciamento ambiental é tema de debate em Brasília (DF)

SÍTIO PORTAL BRASIL, 07.05.2014

Seminário promovido pela Fundação Cultural Palmares abordará a participação dos povos tradicionais na preservação do meio ambiente

A Fundação Cultural Palmares (FCP), em parceria com o Ministério da Cultura, irá realizar um seminário para discutir as comunidades quilombolas no processo de licenciamento ambiental. O evento será realizado na próxima segunda-feira (12), no auditório da FCP, em Brasília (DF), das 8h às 19h. A

O encontro irá promover um debate sobre a proteção dos territórios das comunidades, além dos impactos socioambientais consequentes de grandes obras. Confira a programação completa do Seminário neste link.

O licenciamento ambiental é obrigação legal que precede a instalação de qualquer empreendimento ou atividade potencialmente ameaçadora ao meio ambiente. Trata-se de um instrumento governamental que garante a preservação das áreas nativas.

Impactos

Uma das preocupações do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro (DPA) da Fundação Cultural Palmares (FCP), é quanto aos impactos dos empreendimentos para os remanescentes quilombolas. "As áreas geralmente escolhidas para essas iniciativas muitas vezes são espaços essenciais a reprodução física, social e econômica desses povos e uma obra de grandes proporções pode interferir na sua identidade ", diz Alexandro Reis, diretor do DPA.

De acordo com levantamentos feitos pelo Departamento, uma intervenção como a construção de uma estrada, uma ferrovia ou de uma usina hidrelétrica pode comprometer na medida em que impõe a realocação da comunidade em questão ou limita espaços importantes (econômico e social) restringindo o acesso aos recursos naturais, oferecendo risco ao patrimônio cultural.

Preservadores naturais

Dois dos principais biomas do Brasil, a Amazônia e o Cerrado são também conhecidos como espaços-moradias de muitos dos povos tradicionais brasileiros, inclusive dos remanescentes quilombolas. Logo, a proteção de áreas nativas não está associada somente a fauna e a flora, mas também a legados históricos e culturais das comunidades constituídas nessas áreas.

Os povos tradicionais podem ser considerados os preservadores diretos das áreas de florestas e nativas de Cerrado. São eles os principais responsáveis pelo uso equilibrado e sustentável dos recursos naturais, por fiscalizar o que acontece nas matas e denunciar explorações de minérios

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 79/ 2014

Brasília, 08 de maio de 2014.

e desmatamentos, além de outros crimes como a biopirataria.

Apesar desse importante papel, no que diz respeito ao direito a terra, muitas pessoas não compreendem a importância das comunidades quilombolas como preservadoras ambientais e se comportam como se essas comunidades fossem suas concorrentes em interesses particulares (extrativismo, expansão imobiliária, agropecuária, etc), chegando a ameaçá-las.

Fonte:

Fundação Cultural Palmares



Orquestra Indígena de MS se apresenta no Rio durante a Copa

SÍTIO TOP MIDIA NEWS, 07.05.2014

A orquestra Teko Arandu foi o único projeto selecionado, do Mato Grosso do Sul, pelo Concurso Cultura 2014 que definiu as manifestações culturais que farão parte da programação da competição no Brasil

A Orquestra Indígena Teko Arandu, iniciativa do Instituto Ressoarte apoiada pelo Oi Futuro através do programa Oi Novos Brasis, vai se apresentar no Rio de Janeiro durante a Copa do Mundo. O Teko Arandu foi o único projeto selecionado, do Mato Grosso do Sul, pelo Concurso Cultura 2014 que definiu as manifestações culturais que farão parte da programação da competição no Brasil.

Os 114 projetos classificados se apresentarão nas 12 cidades-sede da Copa do Mundo, de 10 de junho a 15 de julho, totalizando 892 apresentações de trabalhos artístico-culturais em todas as regiões do país.

As apresentações abrangem manifestações artísticas como circo, teatro, música, artes visuais, dança, manifestações tradicionais, literatura e audiovisual. A Orquestra Indígena Teko Arandu faz parte do grupo de 'Manifestações Tradicionais' e configura entre os cinco projetos do Centro Oeste escolhidos para o evento (três do Distrito Federal, um do Mato Grosso e um do Mato Grosso do Sul).

O objetivo do Ministério da Cultura é fomentar a programação cultural dessas cidades e dar espaço a pequenos e médios produtores culturais durante um dos maiores eventos esportivos do mundo, apresentando a riqueza e pluralidade da cultura nacional a brasileiros e estrangeiros.

As datas e locais das apresentações da orquestra no Rio de Janeiro ainda serão definidas.



Boletim de Notícias - Edição nº 79/ 2014

Brasília, 08 de maio de 2014.

Além de terras, assembleia indígena vai discutir saúde e educação

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 07.05.2014

A Grande Assembleia do Povo Terena, evento que discute a situação dos indígenas em Mato Grosso do Sul e deve reunir mais de 600 pessoas, começa nesta quarta-feira (7) e vai debater além das questões envolvendo o território, a saúde e a educação de várias tribos do Estado.

A abertura do evento que acontece na Aldeia Babaçu em Miranda, distante 201 quilômetros da Capital, será às 19 horas com apresentações culturais tradicionais.

Durante a quinta-feira, o assunto será os conflitos fundiários. A mesa de discussão deve se estender durante todo o dia e reúne o procurador do MPF (Ministério Público Federal), Emerson Kalif, representantes da SDH (Secretaria de Direitos Humanos), da Funai (Fundação Nacional do Índio) e do Cimi (Conselho Indigenista Missionário).

No terceiro dia de assembleia, os índios irão discutir a saúde nas aldeias e a retomada da educação indígena. No último dia, no próximo sábado (10), os assuntos serão sustentabilidade e organização do Conselho Terena.



Justiça lamenta recentes episódios de conflito envolvendo terras indígenas

SÍTIO PORTAL BRASIL, 07.05.2014

Resolução dos conflitos fundiários somente será possível por meio do diálogo e pela busca por consensos, indica texto do Ministério

O Ministério da Justiça divulgou, nesta quarta-feira (7), nota à imprensa repudiando conflitos fundiários recentes envolvendo terras indígenas. No texto, o órgão afirma que o equacionamento dos conflitos fundiários envolvendo terras indígenas no estado somente será possível por meio do diálogo e pela busca por consensos que possibilitem a composição de direitos e as garantias de dignidade e respeito aos direitos humanos.

Confira a nota completa:

O Ministério da Justiça lamenta os recentes episódios de conflito e violência que ocorreram no município de Faxinalzinho (RS), no dia 28 de abril de 2014. Reiteramos a avaliação de que o equacionamento dos conflitos fundiários envolvendo terras indígenas no estado somente será possível por meio do diálogo e pela busca por consensos que possibilitem a composição de direitos e as garantias de dignidade e respeito aos direitos humanos.

Enfatizamos que o modelo de Mesa de Diálogo adotado no estado do Mato Grosso do Sul mostra-se como a melhor alternativa que se apresenta, e que pode ser adaptado à realidade do estado do Rio Grande do Sul.

Dessa forma, convidamos os representantes dos agricultores do estado gaúcho e lideranças indígenas para reunião de instalação da Mesa de Diálogo – RS, a realizar-se em Brasília (DF), no dia 22 de maio de 2014.

Nessa reunião serão apresentadas as propostas de compensação de reassentamento, ou qualquer outra que seja adequada aos casos concretos, e que foram amplamente debatidas no âmbito do governo federal para solucionar os conflitos fundiários relativos a terras indígenas, observando a garantia dos direitos de todos os envolvidos.

Conciliação é saída mais sensata, afirma Cardozo

Em coletiva de imprensa ocorrida à época do acontecimento, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, já havia afirmado que a postura do Ministério da Justiça, em relação aos recentes conflitos entre indígenas e agricultores no Rio Grande do Sul, é de garantir os direitos constitucionais dentro de uma situação de pacificação. O ministro reafirmou a importância do diálogo para o atendimento às reivindicações tanto de produtores rurais quanto de índios.

Ao comentar o incidente em que foram mortos dois lavradores em Faxinalzinho (RS), o

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 79/ 2014

Brasília, 08 de maio de 2014.

ministro rechaçou o radicalismo no conflito ocorrido no interior gaúcho e afirmou não reconhecer como legítima “uma forma de luta em que pessoas pegam em armas”. “E eu vou insistir para que se faça as mesas de diálogo, porque as pessoas têm uma falsa ilusão que assinando ou não uma Portaria se resolve o problema”, reiterou.

Conforme Cardozo, lideranças indígenas gaúchas já haviam se comprometido à negociação em uma reunião no Ministério da Justiça, em março deste ano. Na época foi abordada a situação das terras indígenas de Mato Preto e Passo Grande do Forquilha, que ocupam áreas nos municípios gaúchos de Sananduva e Getúlio Vargas, respectivamente.

Clique e ouça o áudio da coletiva do ministro.

Fontes:

Ministério da Justiça

Portal Brasil



Índigenas se reúnem em Miranda para definir retomada de Aldeia Buriti

SÍTIO REGIÃO NEWS, 07.05.2014

A data era o prazo limite para que os produtores apresentassem ao Ministério da Justiça um laudo com nova avaliação das terras da região da aldeia Buriti

Indígenas e professores começaram a chegar na região de Miranda, no sul do Estado, para dar início logo mais à noite à assembleia geral, marcada para acontecer entre hoje (7) e sábado (10). O principal assunto a ser discutido é sobre o procedimento que será adotado para a retomada da Aldeia Burtiti.

De acordo com o líder Lindomar Terena, a expectativa é que cerca de mil pessoas, entre indígenas, professores e trabalhadores da educação e saúde indígena, se reúnam para traçar a retomada das terras. "A retomada é o único instrumento que nos resta, vamos estudar como será feita", disse o líder terena em entrevista ao Midiamax em 30 de abril.

A data era o prazo limite para que os produtores apresentassem ao Ministério da Justiça um laudo com nova avaliação das terras da região da aldeia Buriti, mas o prazo não foi cumprido. Com isso, os indígenas marcaram essa assembleia para definir a retomada.



Prefeitos do Alto Uruguai se reúnem com Ministério da Justiça para tratar de conflitos com indígenas

SÍTIO RÁDIO VERA CRUZ, 07.05.2014

A Associação de Municípios do Alto Uruguai pretende se reunir, na próxima terça-feira, com o Ministério da Justiça, em Brasília. O objetivo é resolver o impasse com os indígenas. No final do mês de abril, dois agricultores, Alcemar de Souza e Anderson de Souza, morreram após confronto com os índios em Faxinalzinho. A cidade está com parte do comércio fechado e as escolas estão com as aulas suspensas.

Conforme o prefeito Selso Pelin, o encontro irá ocorrer na XVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, organizada pela Confederação Nacional dos Municípios. O evento ocorre entre os dias 12 e 15 de maio. O tema do ato, neste ano, é "crise nos municípios e a conjuntura eleitoral". Já o Ministério deve chegar a cidade nesta quarta-feira. Os representantes vêm com a tarefa de apaziguar os ânimos na cidade.

O ministro José Eduardo Cardozo, que tinha confirmado presença, cancelou a agenda. Segundo a assessoria de imprensa, ele foi chamado para um encontro com a presente da República, Dilma Rousseff. A cidade tem 2,5 mil habitantes. O município tem a segurança reforçada com policiais militares e agentes da Polícia Federal.

Fonte: Rádio Guaíba



Guerra entre brancos e índios: Parlamentar pediu investigação sobre declarações de líder indígena

SÍTIO ZULUPA.COM, 07.05.2014

Em vídeo postado no Youtube, liderança caingangue dá ultimato a ministro da Justiça, prometendo fechar rodovias e derramamento de sangue

O líder indígena Valério Oliveira fez declarações polêmicas em um vídeo postado no Youtube na última quinta-feira dia 1º de maio, três dias após o assassinato de dois agricultores na cidade de Faxinalzinho, no norte do Rio Grande do Sul.

Os irmãos Anderson e Alcemar Souza foram mortos a tiros e pauladas por índios da etnia caingangue que reivindicam a demarcação de reservas na região.

O líder indígena Valério Oliveira deu um ultimato ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e ameaçou com mais derramamento de sangue.

Ele disse no vídeo: "Os índios estão prontos para ir para a estrada e isolar os municípios de novo. Se o ministro não vier dar uma garantia aos índios sobre a portaria da Reserva Candoia, vamos juntar mais 5 mil índios e, aconteça o que acontecer, vai ficar a critério do ministro. Se ele não tomar providências, vai acontecer derramamento de sangue e vai haver mortes.

O vídeo onde Valério Oliveira aparece fazendo as ameaças foi divulgado pelo deputado Jerônimo Goergen (PP-RS) na reunião da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), realizada ontem em Brasília.

O parlamentar considerou as declarações de mais alta gravidade, por entender que elas incitam a violência. O parlamentar encaminhou uma cópia do vídeo para que as autoridades competentes tomem as devidas providências. Segundo o deputado, cópias das ameaças também serão encaminhadas ao Ministério Público Federal (MPF), à Polícia Federal (PF) e ao Ministério da Justiça (MJ).

Na última quinta-feira, o parlamentar esteve na cidade de faxinalzinho para levar solidariedade à família dos agricultores mortos e escapou de uma emboscada.

Ele foi bloqueado por cerca de 50, 60 índios. Foi necessário pedir ajuda de um agricultor que o deixou entrar na sua residência.

O parlamentar cobrou uma reação enérgica da presidente Dilma Rousseff e ressaltou que as ameaças do líder caingangue podem se concretizar caso o governo escolha o caminho da omissão.

A informação é do assessor de imprensa Apolos Neto. Por Silvio Brasil



Indígena da Bahia cola grau em Medicina na UFT e agradece acolhimento recebido
SÍTIO T1 NOTÍCIAS, 08.05.2014

'O acolhimento não poderia ter sido melhor', disse Reginaldo que deixou a Bahia em 2007 para estudar Medicina em Palmas...



A política pioneira de acesso ao Ensino Superior para indígenas da Universidade Federal do Tocantins (UFT) foi o que fez Reginaldo Souza Brás deixar a Bahia, em 2007, e migrar para Palmas. Representante do povo pataxó, ele foi aprovado no primeiro vestibular para o Curso de Medicina e colou grau, em gabinete, nesta quinta-feira (08).

"Na época a UFT era a única universidade com cotas para indígenas no Curso de Medicina", lembra ele. "E o acolhimento aqui não poderia ter sido melhor, do primeiro ao último dia", afirma. "O Dr. Neilton, coordenador do curso na época, estava me esperando quando cheguei. Então me senti em casa. O relacionamento com os outros acadêmicos também foi muito bom, que era o que eu mais tinha medo [que não acontecesse]".

Agora Reginaldo, que foi bolsista do Programa Institucional de Monitoria Indígena (Pimi) durante a trajetória acadêmica, está pronto para assumir o posto de médico na prefeitura de Painsel, em Santa Catarina. "Faltando um mês para me formar eu passei nesse concurso que só tinha uma vaga e venci a concorrência. Então a gente pode ver que o curso da UFT tem qualidade, e vai melhorar ainda mais com a construção do Hospital Universitário", avalia.

Para ele, é preciso a aproximação, cada vez maior, entre os conhecimentos acadêmicos e populares. "O conhecimento dos povos indígenas é um conhecimento milenar que os mantém vivos até hoje. Mas eles mesmos reconhecem a importância do saber acadêmico e estão mais abertos a isso, tanto que lutaram pelas cotas". "Agora, eu gostaria de poder dar um retorno para meu povo, mas infelizmente não há políticas concretas para o aproveitamento de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 79/ 2014

Brasília, 08 de maio de 2014.

profissionais da área da saúde nas comunidades indígenas. Você não tem estrutura para trabalhar, por mais que queira retribuir. A Universidade cumpriu seu papel de formar, mas é preciso um trabalho conjunto que vá além", comenta ele.

Reginaldo é o segundo indígena formado em Medicina pela UFT. Ele colou grau poucos meses depois de sua turma, cuja formatura ocorreu em agosto de 2013, e que teve entre os concluintes a aluna Wilses Tapajós.



Boletim de Notícias - Edição nº 79/ 2014

Brasília, 08 de maio de 2014.

Campanha Tamuaté-Aki – Felício Pontes: Quais são as maiores ameaças aos direitos indígenas?

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 08.05.2014

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=eS0X6SDyb88

A Campanha Tamuaté-Aki reúne pessoas e organizações com o objetivo comum de apoiar os povos indígenas no Brasil na defesa de seus direitos. Os mais de 305 povos indígenas brasileiros caracterizam um patrimônio da diversidade sociocultural do Brasil que se reflete nos seus conhecimentos e modos de vida, em 274 línguas e uma imensa variedade de expressões artísticas e rituais. A demarcação dos territórios indígenas, hoje paralisada, é condição básica de sobrevivência para esses povos.



Negligenciados, Kaingangs Demarcam Terras Por Conta Própria

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 08.05.2014

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=CjEAzFxzsRw

Em 2013, após décadas esperando uma resolução do Governo para que se cumpram os preceitos constitucionais da demarcação de seus territórios tradicionais, o povo Kaingang decidiu que os marcos limites das áreas seriam colocados sobre a terra pelas mãos dos próprios indígenas, mesmo que isto desenhasse no horizonte pesados conflitos com sindicatos rurais e entidades ligadas ao ruralismo, como os que ocorreram em Passo Grande do Rio Forquilha (Sananduva) e Rio dos Índios (Vicente Dutra).

O movimento cessou após os primeiros conflitos e mais de 40 lideranças Kaingang partiram em março deste ano para Brasília, onde arrancaram do Senhor José Eduardo Cardoso, Ministro da Justiça, o compromisso com a demarcação de quatro Terras indígenas ainda no primeiro semestre de 2014.

Para dar continuidade aos procedimentos demarcatórios, foi agendada para o dia 04 de abril uma "mesa de diálogo" entre as lideranças indígenas, o Ministro da Justiça e o Governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, porém, esta reunião foi sistematicamente desmarcada em cinco oportunidades e segue sem previsão para acontecer.

O caso continua sem resolução por parte do Ministério da Justiça e do Governo do RS. E se soma a outras várias questões que vem ocorrendo no último período. Dos recentes pronunciamentos racistas de deputados da chamada "bancada ruralista" – que incitaram a violência e a retirada dos indígenas de seus territórios, inclusive pela via armada -, aos ataques covardes de pistoleiros às comunidades indígenas e aos inúmeros projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional que visam desmontar os direitos conquistados pelos povos originários na Constituição de 1988.

O não cumprimento das atribuições dos órgãos governamentais significa, para as comunidades indígenas, não só a já reiterada inoperância, mas um retrocesso no que já foi garantido com muita luta popular. O momento é de completa falta de alternativa dos meios legais nos poderes Executivo e Legislativo, e de um horizonte que antevê ainda mais derrotas frente ao avanço do latifúndio e de seus tentáculos políticos. Diante da limitação de opções é que o povo Kaingang, em todo norte do RS, saiu novamente em luta pela demarcação de seus territórios.

No município de Faxinalzinho, um infeliz confronto entre indígenas e agricultores no último dia 28 de abril acabou com a morte de dois trabalhadores rurais. Durante o protesto dos Kaingang, parte de uma tragédia anunciada, segundo o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), um grupo de agricultores tentava desbloquear a estrada trancada pelos indígenas e afastá-los à força do local. Segundo o relato de lideranças Kaingang, um menino foi levado como refém por dois homens que estavam num caminhão carregado de ração. O confronto começou na

CONT.



perseguição para resgatar o menino. Os dois ocupantes do caminhão acabaram mortos. O povo Kaingang no norte do Rio Grande do Sul já havia realizado mais de quinze ocupações como reivindicação pelas terras de parte de seu território tradicional, mas a negligência do governo quanto às demarcações e aos recentes protestos indígenas do local foi unânime.

O CIMI, em nota, diz que o fato é lamentável, mas que fazia parte de algo previsto. O órgão havia alertado (leia aqui) para a gravidade da situação, à espera que o governo tomasse providências no sentido de se evitar derramamento de sangue. Na nota, o Conselho lembra que "a violência foi incentivada e anunciada, inclusive, pelos deputados federais Luiz Carlos Heinze (PP/RS) e Alceu Moreira (PMDB/RS) durante audiência pública no município de Vicente Dutra (assista aqui)". A negligência do poder público frente ao caso expõe como a situação das demarcações de territórios tradicionais tramita no governo federal, deixando pequenos agricultores e indígenas à mercê de uma relação conflituosa e politicamente violenta.

Já na aldeia de Passo Grande do Rio Forquilha (vídeo), em Sananduva, os Kaingang retomaram parte de sua terra junto a uma vila de agricultores, onde fica a capela do Bom Sossego, e observam movimentações da FETRAF-SUL e entidades ruralistas na incitação dos pequenos agricultores contra o movimento de ocupação. Os indígenas temem novos conflitos em que possa haver mais derramamento de sangue.

Foi em Sananduva, em novembro de 2013, que indígenas e agricultores fizeram proposta conjunta ao Governo para uma solução pacífica que envolvesse a demarcação das terras indígenas e a indenização dos colonos. Mas até agora a resposta é a negligência e o silêncio.

Em mais cinco municípios do estado, o povo Kaingang está pronto para iniciar um movimento maior de autodemarcações de seus territórios, e as consequências desse processo têm sido alertadas há muito tempo ao Ministério da Justiça e ao Governo do Estado. Sem alternativas, os Kaingang não tem outra opção a não ser avançar diante do que se vislumbra como um conflito inflado pelo belicismo ruralista e pela morosidade dos órgãos públicos. Está na mão do Governo decidir.



Ribeirinhos reafirmam não às barragens no Tapajós

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 08.05.2014

Ribeirinhos, pescadores e trabalhadores rurais reafirmaram sua posição contrária à construção do Complexo Tapajós durante seminário convocado pela Eletrobras para apresentação dos estudos para a realização das hidrelétricas, nesta segunda-feira (6) em Itaituba (PA).

A atividade foi combinada com autoridades e políticos locais para que não houvesse a participação popular, sob desculpa que era uma questão técnica. Porém, integrantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e outras organizações foram à atividade e problematizaram para que e para quem servirá esse projeto.

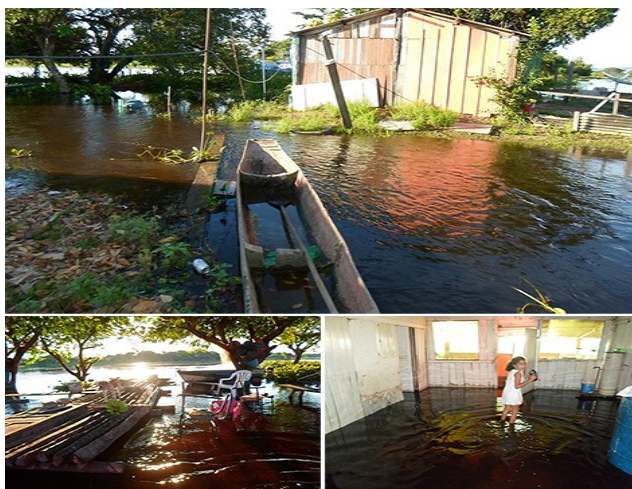
“Apesar dos estudos apontarem uma série de problemas ao ecossistema da região com a construção do complexo, o governo insiste em levar adiante esse projeto”, afirmou Fred Rênero, militante do MAB.

Os movimentos sociais também denunciaram que não houve a consulta prévia aos Munduruku, conforme manda a lei. Chiquinho Munduruku, representante dos indígenas, confirmou que eles continuarão resistindo a este projeto.

As organizações assinaram um manifesto de repúdio à construção do complexo. “Somos contra esta proposta de barragens do Rio Tapajós, pois beneficiará somente as multinacionais, enquanto a maior população, que somos nós, será prejudicada”, diz o texto.

Famílias ribeirinhas abandonam casas por causa da cheia do Rio Paraguai

SÍTIO MIDIAMAX, 08.05.2014



Tatiana Lemes

Famílias ribeirinhas deixam suas casas por causa da grande cheia no Rio Paraguai. As águas atingem a marca de 6,25 metros na confluência com o Rio São Lourenço. O nível é maior desde o atingido na cheia de 2001 que foi de 6,23 metros.

Os ribeirinhos estão enfrentando dificuldades e estão acampados em elevações na região. Algumas estão no Aterro do Socorro, local que havia sido tomado para a criação de uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), mas que em virtude uma mobilização feita pela comunidade e ação do Ministério Público Federal, foi constatado por meio de um georreferenciamento de precisão, que a área se trata de "ilha em faixa de fronteira", o que, segundo a Constituição, é terra pública.

Uma organização não governamental enviou mais de mil palanques de madeira, doados pela Receita Federal e que devem ser usados para construção de palafitas para as famílias ribeirinhas se protejam do alto nível das águas.

A Prefeitura de Corumbá enviou uma equipe da Defesa Civil com apoio da Marinha para auxiliar as populações pantaneiras.



Conferência debate cidadania indígena e quilombola em MS

SÍTIO FOLHA DE DOURADOS, 08.05.2014

Por: Folha de Dourados

A Comissão Especial Demarcação de Terras Indígenas da Câmara dos Deputados junto com os deputados estaduais de Mato Grosso do Sul realizarão em Campo Grande a Conferência sobre o Processo de Demarcação de Terras Indígenas. A finalidade é ampliar o debate com autoridades e sociedade local sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/2000, que faz referência à cidadania indígena e quilombola. O evento acontecerá na Assembleia Legislativa de MS, nesta sexta-feira (9), às 9h.

O deputado federal e presidente da comissão especial, Afonso Florence, presidirá a conferência que contará com a participação dos representantes da Câmara Federal, o relator Osmar Serraglio e os coordenadores da comissão em Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja e Luiz Henrique Mandetta. Além dos parlamentares, a expectativa é que representantes dos indígenas e dos produtores rurais do Estado participem ativamente do evento.

De acordo com o diretor secretário da Federação da Agricultura e Pecuária de MS (Sistema Famasul), Ruy Fachini, a conferência será oportuna para a garantia dos direitos indígenas e a segurança jurídica dos produtores rurais. "É a chance que a população tem de formalizar seus pontos de vista e contribuir para que sejam criadas regras que garantam direitos constitucionais, como o amparo ao indígena e o direito à propriedade, descumprido pelas invasões", destaca Fachini.

A conferência que já foi realizada em Santa Catarina, Pará, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, após Mato Grosso do Sul acontecerá na Bahia, na próxima segunda-feira (12). O texto final será debatido com representantes de todos os estado em Brasília.



Gestantes indígenas em Porto Real do Colégio recebem cestas nutricionais

SÍTIO CADA MINUTO, 08.05.2014

Por Assessoria

Nesta quarta feira dia 07 de maio, do ano corrente, a ação elaborada foi à entrega das Cestas Nutricionais as gestantes indígenas, sendo este, um programa do governo estadual alagoano: "Projeto Destinado À Complementação Alimentar de Gestantes em Situação de Vulnerabilidade Social e Insegurança Alimentar e Nutricional"

A Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS de Porto Real do Colégio – AL, vem inovando na implantação de um Polo dos Centro de Referência de Assistência Social - CRAS I e II com ações itinerantes na Aldeia Karirí – Xocó, sendo este polo responsável pela funcionalidade de alguns serviços e programas de cunho social, visto que, os indígenas colegienses precisavam se deslocar da Aldeia citada acima para poder participar de alguma ação, serviço ou programa ofertado pela SEMAS.

Além disso, há a entrega do "Leite Solidário" programa estadual ofertado as famílias em situação de vulnerabilidade social, como também, os núcleos referentes ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV (Antigo PETI e PROJOVEM Adolescente) também estão a funcionar neste polo. Como também o Programa de Proteção Social Básica tendo por objetivo contribuir para a prevenção de situações de risco social, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destinado à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e / ou fragilização de vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). Prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada.

O prefeito Sérgio Reis ressaltou a importância de levar até os indígenas colegienses os serviços e programas sócios assistenciais ofertados no município e com isso dá o total apoio nestas ofertas, garantindo os direitos de todos.



Professor da UFAM lança livro sobre doenças mentais entre os indígenas

SÍTIO AMAZÔNIA REAL, 08.05.2014

De que maneira doenças como depressão e esquizofrenia atingem as populações indígenas? Esse é o tema desenvolvido pelo professor de pós-graduação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Renan Albuquerque, no livro "Sofrimento Mental de Indígenas na Amazônia", que foi lançado nesta semana.

A pesquisa de Renan Albuquerque foi realizada a partir de sua vivência pessoal e profissional com duas etnias indígenas da Amazônia – sateré-mawé e hixkaryana – cujos territórios estão localizados nos municípios de Parintins, Barreirinha e Nhamundá, no Amazonas, divisa com o Pará.

Inicialmente, o livro será distribuído para Programas de Pós-Graduação da UFAM e da Universidade de São Paulo (USP). A publicação tem formato digital e é gratuito. Segundo Renan Albuquerque, o livro marca a criação do Laboratório de Editoração Digital do Amazonas (LEDA), que integra o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ambientes Amazônicos (NEPAM).

"Sofrimento Mental de Indígenas na Amazônia" é editado segundo padrões das plataformas Open Journal System e Creative Commons 3.0, que possibilita o acesso livre às publicações. Ele será disponibilizado no site da Revista Eletrônica Mutações, a partir do próximo dia 10 de maio.

Renan Albuquerque, que é colunista da agência Amazônia Real, é graduado em jornalismo, tem mestrado em psicologia e doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia. Atualmente é professor do colegiado de Comunicação Social/Jornalismo da UFAM no município de Parintins (a 369 quilômetros de Manaus). Em 2013 passou a integrar, como professor permanente, o Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA/Ufam). Antes de ingressar na carreira acadêmica, atuou durante 10 anos nas redações dos jornais de Manaus.

Albuquerque explica, na apresentação de seu livro, que sua pesquisa procurou observar em que medida a migração aldeia-cidade tende a influenciar na dinâmica do cotidiano e no ordenamento da qualidade de vida individual e coletiva de ameríndios situados em regiões consideradas não tradicionais do Baixo Amazonas, leste do Estado do Amazonas.

Ele afirma que o trabalho foi orientado a partir de vivência social e integração humana nas sedes municipais da região, o que possibilitou reflexões acerca da situação dos aldeados das terras Andirá-Marau (sateré-Mawé) e Nhamundá-Mapuera (hixkaryana), reconhecidamente em trânsito nos ambientes citadinos dos municípios de Parintins, Barreirinha e Nhamundá, na bacia do baixo rio Amazonas.

"Os municípios vêm recebendo aportes significativos de índios que migram por motivos diversificados, sendo inúmeras as vidas vividas mediante o signo da reconstrução. O cotidiano

CONT.



de indígenas, a partir do momento em que saem das aldeias e experimentam o universo ocidentalizado, tal e qual ele se apresenta, tendeu a ser pensado sob perspectiva de marcos teóricos interdisciplinares, aproximados à psicologia sociocultural e etnologia”, explica.

A pesquisa recebeu financiamento do Banco Santander, por meio do edital Santander Universidades. Renan Albuquerque, 34 anos, concedeu entrevista exclusiva à agência Amazônia Real sobre sua pesquisa. Leia a entrevista:

O que levou você a pesquisar sobre este tema?

Moro em Parintins desde 2009, onde é comum encontrar indígenas migrantes Sateré-Mawé e Hixkaryana no dia a dia. Essa vivência – e o interesse por populações indígenas desde quando atuava em redações de jornais em Manaus – fez com que eu me voltasse à temática da pesquisa, cujo segmento tem sido abordado sobretudo por cientistas da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz), como Luiza Garnelo e Maximiliano Souza, da USP, a exemplo de Dominique Gallois, e Aparecida Vilça, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, para citar algumas pessoas.

A ideia da pesquisa surgiu a partir de sua observação da realidade dos indígenas? Algum fato específico chamava sua atenção?

Temas relacionados à transtornos mentais me chamam atenção desde quando iniciei o mestrado em Psicologia, em 2006, na Universidade Federal da Paraíba. Mas só depois do doutorado consegui financiamento e apoio de outros pesquisadores para iniciar estudos na área. Cito, particularmente, incentivos dos Drs. Danilo Guimarães (psicologia) e José Guilherme Magnani (antropologia), ambos da USP. Quanto a um fato específico que me levou a efetivar a pesquisa, isso ocorreu em 2012, quando um amigo apresentou quadros persistentes de depressão e ânsia de suicídio, e só então notei que o problema era coletivo em Parintins e também relacionado a índios migrantes.

De que forma os deslocamentos (migração) dos indígenas de suas comunidades de origem para um centro urbano, as diferenças e os impactos socioculturais podem afetar e influenciar nas alterações psicológicas?

Os resultados parciais da pesquisa indicam que há quatro fatores que tendem a fomentar transtornos mentais entre migrantes sateré-mawé e hixkaryana. São eles: a moradia, o contato com o outro, a barreira linguística e a solidão na urbe. Evidente que os contextos diários de enfrentamento desses problemas são diferentes de pessoa a pessoa e nem todos que passam tais dificuldades desenvolvem transtornos. Mas essas questões representam “gatilhos” a impulsionar delírios, depressões, obsessões, esquizofrenia e ansiedade em variados graus.

Como você conceituaria o “sofrimento mental” entre os indígenas, sob os paradigmas do conhecimento ocidental?

Na área da psicologia cultural, o sofrimento mental tende a ser considerado todo e qualquer transtorno psíquico marcado por delírios, devaneios ou desvarios em graus diversos. Muitas

CONT.



doenças caracterizam o sofrimento mental de indígenas no Baixo Amazonas, porém a mais comum atualmente é a depressão orientada por fatores socioculturais.

As doenças psíquicas entre os indígenas possuem os conceitos e influências culturais entre os não-indígenas?

De forma alguma. Muitos estudos já indicaram que os conceitos de saúde e doença são diferentes para indígenas e não-indígenas, bem como são diferentes os conceitos de bom, belo, riqueza, poder etc. entre sociedades mundiais. Contudo, os estados mentais de sofrimento dos índios migrantes são parecidos com os das pessoas da urbe porque se formam a partir de problemas similares. Daí decorre a grande questão: em que medida essa similaridade do problema representa também uma similaridade para a solução? Em outras palavras, até que ponto devem ser tratados igualmente os transtornos mentais dos indígenas via medicamentos sintéticos, assim como se faz com a população não-indígena?

As patologias de saúde mental entre os indígenas têm tratamento? Como eles são atendidos?

Tem tratamento, sim, e é feito na maioria dos casos em Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) localizados em áreas urbanas próximas a aldeias. Os índios são internados para receber auxílio na cidade de forma voluntária e quando se sentem melhor, em geral, escolhem voltar às aldeias. Quando pioram, retornam à urbe. Eles ficam nesse trânsito. Em suma, o que ocorre hoje é muito mais uma tentativa de efetivar tratamentos por meio de remédios prescritos por médicos psiquiatras em ambientes urbanos do que buscar auxílio na medicina tradicional indígena nas aldeias. Com isso, não estou afirmando que o tratamento via medicamentos sintéticos é inadequado para os tradicionais, só que ele vicia quimicamente de forma avassaladora o corpo e a mente dos indígenas.

Diante da precariedade do atendimento à saúde indígena para doenças de natureza física, como tratar uma doença de ordem psíquica?

No livro, tenta-se fazer uma reflexão sobre as possibilidades de tratamento xamânico, concomitante à prescrição de remédios para sofrimentos mentais leves, medianos e até mesmo graves. Eu tive notícias de ações de pajé que deram certo e amenizaram delírios esquizofrênicos de pacientes indígenas. Para mim, isso foi animador. Por isso, penso que referente a quadros estáveis de ansiedade e depressão os trabalhos de pajelança são essenciais.

Você identificou casos de suicídio entre os doentes?

Houve o caso em que uma menina de 8 anos tentou suicídio se atirando de um barranco. Ela não conseguiu se matar. Foi encontrada inconsciente, muito machucada, próximo à área do Porto da Francesa, em Parintins. Após se recuperar, no hospital, ela disse que se jogou nas pedras porque queria morrer e encontrar seu pai, já falecido, pois ele a estava chamando em sonhos. Ela disse também que quis morrer porque não conseguia voltar à sua aldeia natal para fazer trabalhos de pajelança em memória da alma de seu pai.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 79/ 2014

Brasília, 08 de maio de 2014.

Houve algum aumento nos transtornos mentais de indígenas na região de estudo nos últimos anos?

Não podemos falar em aumento ou diminuição porque infelizmente não há uma série temporal de registros. O que há são dados de 2010 até hoje. Temos de esperar ao menos uma década para postular comparações.

Dos transtornos mentais mencionados na pesquisa, quais os mais comuns?

Depressão e ansiedade são os sofrimentos mais comuns em todo o mundo. Quanto aos familiares de indígenas com transtornos, duas situações se configuram: em um cenário, há famílias que cuidam de seus doentes; noutro, há famílias que abandonam seus doentes para que eles morram.



Produtores de MS debatem amanhã PEC da demarcação

SÍTIO O PROGRESSO, 08.05.2014

Sindicato Rural de Dourados convoca produtores para participar da audiência pública que será realizada em Campo Grande pela comissão da Câmara dos Deputados que avalia a PEC 215

O presidente do Sindicato Rural de Dourados, Marisvaldo Zeuli, está convocando os produtores de toda região para a audiência pública que acontece nesta sexta-feira (9), a partir das 9h, na Assembleia Legislativa, para debater a PEC 215, que transfere para o Congresso Nacional a última palavra na demarcação de terras em todo o Brasil.

“A Comissão Especial Demarcação de Terras Indígenas da Câmara dos Deputados, junto com os deputados estaduais de Mato Grosso do Sul, vão realizar a conferência sobre o Processo de Demarcação de Terras Indígenas, de forma que é importante que os produtores rurais participem deste debate”, enfatiza Marisvaldo.

Ele explica que o objetivo da audiência é debater com autoridades e sociedade, inclusive indígenas e quilombolas, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/2000. “O deputado federal e presidente da comissão especial, Afonso Florence (PT-BA), presidirá a conferência que contará com a participação dos representantes da Câmara Federal, o relator Osmar Serraglio (PMDB-PR) e os coordenadores da comissão em Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja (PSDB) e Luiz Henrique Mandetta (DEM)”, ressalta Marisvaldo.

Para ele, além dos parlamentares, é fundamental que representantes dos indígenas e dos produtores rurais do Estado participem ativamente dos debates.

“Já tentaram barrar a tramitação dessa PEC sob alegação de inconstitucionalidade, mas o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou pedido para suspender o andamento de proposta de emenda à Constituição”, enfatiza Marisvaldo.

Ele lembra que a PEC 215 já foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, mas que ainda precisa passar por comissão especial antes da votação no plenário da Casa.

“Por isso, é importante que o setor produtivo participe da audiência e dê ainda mais legitimidade à PEC”, orienta o líder ruralista.

O texto é defendido por parlamentares da bancada ruralista, contrários às atuais regras de demarcação de terras e pela nova regra caberá ao Congresso Nacional aprovar proposta de demarcação enviada pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

Atualmente, o Ministério da Justiça edita decretos de demarcação a partir de estudos feitos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 79/ 2014

Brasília, 08 de maio de 2014.

pela Funai. De acordo com o diretor secretário da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), Ruy Fachini, a conferência será oportuna para a garantia dos direitos indígenas e a segurança jurídica dos produtores rurais.

CONT.

“É a chance que a população tem de formalizar seus pontos de vista e contribuir para que sejam criadas regras que garantam direitos constitucionais, como o amparo ao indígena e o direito à propriedade, descumprido pelas invasões”, destaca Fachini.

A conferência que já foi realizada em Santa Catarina, Pará, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, após Mato Grosso do Sul acontecerá na Bahia, na próxima segunda-feira (12).

O texto final será debatido com representantes de todos os estados em Brasília.



Governo do RS doará terras para tentar resolver conflito agrário

SÍTIO FOLHA DE SÃO PAULO, 08.05.2014

O Governo do Rio Grande do Sul anunciou nesta quarta-feira (7), após reunião com o Ministério da Justiça, que doará terras para tentar solucionar os conflitos agrários que envolvem índios kaingang e guarani no norte do Estado.

O ápice do conflito ocorreu no dia 26 de abril, quando dois agricultores foram mortos, supostamente por índios, numa área rural em Faxinalzinho (453 km de Porto Alegre).

"O Estado disponibilizou um conjunto de áreas para assentar agricultores ou indígenas", disse o secretário de Desenvolvimento Rural do Rio Grande Sul, Elton Scapin.

Após o encontro, foi marcada outra reunião para o dia 22 deste mês. "O ministério quer sair da reunião com cronograma pronto, pactuando entre índios e produtores", disse o assessor do Ministério da Justiça, Marcelo Veiga.

Por causa dos conflitos com mortes, os ministros José Eduardo Cardoso (Justiça) e Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral da Presidência) foram convocados nesta quarta pela Câmara dos Deputados para dizer quais são as providências que estão sendo dadas para solucionar o conflito.

Para o MPF (Ministério Público Federal) do Rio Grande do Sul, "os conflitos seriam evitáveis se o governo federal não houvesse optado pela omissão propositada, desde o ano de 2013, na demarcação de terras indígenas".



Livro indígena é lançado no Norte Araguaia

SÍTIO AGÊNCIA DA NOTÍCIA, 08.05.2014

Lançamento do Livro acontecerá também em São Félix do Araguaia

Agência da Notícia com Redação

Índios de duas aldeias da região escreveram e publicaram dois livros, que contam histórias tradicionais da cultura Xavante, a cerimônia oficial de lançamento aconteceu em Canarana, na região do Norte Araguaia.

Na oportunidade, os índios Xavantes e Karajás fizeram uma exibição de sua dança típica e mostraram que a cultura ainda permanece viva entre o seu povo. Outro evento de lançamento deve ocorrer no município de São Félix do Araguaia na próxima semana. O livro não conta com patrocínio de políticos da região, apenas de um programa social da Petrobras.

Os livros Ynyxiwè (que trouxe o sol) e Ai'höubuni (o Lobo Guará), editados a partir das narrativas tradicionais dos povos Karajá, que se autodenominam Iny, e Xavante, que se autodenominam Aúwê Uptabi, das aldeias Fontoura e Etenhiritipá.



Boletim de Notícias - Edição nº 79/ 2014

Brasília, 08 de maio de 2014.

Carro de luxo roubado em Cuiabá é apreendido com indígena em Campinópolis

SÍTIO AGÊNCIA DA NOTÍCIA, 08.05.2014

Durante a confecção do boletim de ocorrência o indígena disse ter comprado o carro com outro índio em Primavera do Leste

Agência da Notícia com Redação

A Polícia Militar do município de Campinópolis conseguiu recuperar um carro de luxo avaliado em R\$ 60.000,00 reais roubado em Cuiabá, o veículo Ford Fusion estava com um indígena circulando pela cidade.

De acordo com informações repassadas ao Site Agência da Notícia, o carro havia sido roubado na capital trazido para Primavera do Leste e sendo vendido ao indígena no valor de R\$ 4.000,00 reais.

Durante a confecção do boletim de ocorrência o indígena disse ter comprado o carro com outro índio em Primavera e que não sabia que o veículo fosse produto de roubo.

O caso está sendo apurado pela Delegacia de Polícia Civil de Campinópolis.



Deputado participa de lançamento de livros sobre a cultura indígena

SÍTIO FOLHA MAX, 08.05.2014

Da Assessoria

O deputado estadual Neldo Weirich (PR) participou do lançamento dos livros Ynyxiwè que trouxe o sol e Ai'höubuni - o Lobo Guará, dois livros editados a partir das narrativas tradicionais dos povos Karajá, que se autodenominam Iny, e Xavante, que se autodenominam Aúwê Uptabi, das aldeias Fontoura e Etenhiritipá. A cerimônia aconteceu no Legislativo Municipal de Canarana, na região do médio Araguaia, e segue agora para São Felix do Araguaia, Goiânia, Rio de Janeiro e São Paulo.

Na oportunidade, os índios Xavantes e Karajás fizeram uma exibição de sua dança típica e mostraram que a cultura ainda permanece viva entre o seu povo. O evento que atraiu a curiosidade de políticos, personalidades da região e do público em geral, mostrou a riqueza da cultura indígena.

Segundo o parlamentar, esses livros têm uma enorme importância histórica para os indígenas e para a própria população. "O intuito foi alcançado, que é fixar a cultura dos índios para nós que estamos tão distantes da realidade que eles vivem, se a mesma não for materializada poderá cair no esquecimento", lamentou Neldo.

"É notório que houve muita evolução por parte do povo indígena, mas o seu passado não deve se perder no tempo", afirmou o deputado lembrando que "os xavantes são mais retraídos e por isso não estão totalmente socializados com o povo branco, por isso essa iniciativa é feliz, uma vez que aproxima o índio da sociedade como um todo". Neldo teve uma participação importante no processo da cultura indígena, quando no ano de 1972 fez parte da 1ª Escola Bilingue de português e guarani para índios guarani e kaingang do sul do país.

O projeto tem patrocínio do Programa Petrobras Culturas e o acervo de narrativas registradas em áudio e vídeo, desenhos, textos e fotografias também estará disponível no site historiasdatradicao.org. Para mais informações você também pode acessar a fan page www.facebook.com/historiasdatradicao.



Indígenas que procuram por vacina em posto de saúde tem atendimento negado
SÍTIO FOLHA DE BOA VISTA, 08.05.2014

Dois indígenas da etnia Wapixana procuraram, na manhã de ontem, o Centro de Saúde 31 de Março, localizado no bairro de mesmo nome, na zona Norte, para se vacinar contra a gripe. Mas eles tiveram atendimento negado sob a alegação de que deveriam procurar um órgão responsável, pois ali não poderiam ser vacinados.

Genildo da Silva, 21 anos, e Nataniel Neto, 40 anos, oriundos do Município de Uiramutã, a Nordeste do Estado, e recém-chegados a Boa Vista, foram até a unidade de saúde acompanhados da assistente social Helena Lopes, que os hospeda em sua residência, para se vacinarem contra a gripe.

Quando chegaram ao local, foram informados que teriam de procurar os órgãos de competência indígena, pois naquele local eles não poderiam ser vacinados. O atendimento foi negado, apesar dos informes publicitários indicarem que o público alvo da campanha inclui indígenas, idosos, presidiários, pacientes com morbidades e profissionais da saúde, os quais podem procurar qualquer unidade de saúde que disponha da vacina.

“Eles estão hospedados na minha residência. Quando soube que a campanha só encerraria no dia 9, resolvi trazê-los aqui. Fiquei surpresa ao saber que, mesmo estando no público alvo, eles não puderam ser vacinados” disse a assistente social. “Acebei de chegar à cidade, então, seria bom estar vacinado. Mas não consegui, então não sei o que fazer”, disse Genildo da Silva.

A coordenação do Centro Municipal de Vacinação informou que os índios que vivem em perímetro urbano não são considerados indígenas e que eles se encaixariam em outras categorias, pois não são mais aldeados.

Segundo o coordenador geral da Fundação Nacional do Índio (Funai), Riley Barbosa, a logística destas campanhas deveria ser melhor elaborada. “Os indígenas devem ser vacinados não importando de onde sejam”, criticou. (I.S)



Prefeitura efetua cadastramento de famílias indígenas que realizam comércio ambulante

SÍTIO RÁDIO CAXIAS, 08.05.2014

Desde dezembro do ano passado, a Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU) trabalha em formas de ampliar o passeio público na zona central da cidade e limitar os espaços dedicados ao comércio ambulante em Caxias do Sul, especialmente sobre a venda de produtos artesanais por indígenas.

Em encontro realizado na tarde desta terça-feira (06), o poder público efetuou o cadastramento das famílias de indígenas que atuam no comércio ambulante de produtos artesanais em Caxias.

Foram registradas aproximadamente 15 famílias que moram em uma localidade próxima a Farroupilha e vêm a Caxias diariamente para comercializar materiais produzidos pelos próprios integrantes da tribo.

Conforme o secretário de Urbanismo, Fábio Vanin, o poder público busca aproximação com os indígenas para tentar harmonizar a convivência.

O comércio ambulante de indígenas já possui novo regramento, definido por consenso entre os índios, poder público, Ministério Público Federal (MPF) e Funai, em março deste ano.

Conforme o acordo, o limite máximo para o comércio nas calçadas é de 4,5m de comprimento e 1m de largura, dentro de cinco locais pré-definidos, nos quais podem ficar até três famílias.

Departamento de Jornalismo



Indígenas bloqueiam estrada que liga Faxinalzinho à região de Erechim

SÍTIO RÁDIO PORTO FELIZ, 08.05.2014

Tensão entre agricultores e índios prejudica abastecimento do município no Alto Uruguai

Indígenas da Reserva Votouro bloquearam, nesta quarta-feira (07), a estrada que liga Faxinalzinho a Benjamin Constant do Sul, no Alto Uruguai. Em meio ao clima de tensão entre agricultores e índios, a ação representa um problema a mais para o município. De acordo com o vice-prefeito, James Ayres Torres, a interrupção do trânsito para veículos ocorreu por volta das 17h30min. O último bloqueio ocorrido na região foi levantado entre 28 e 29 de abril, depois que dois agricultores foram mortos no interior de Faxinalzinho no final da tarde de 28 de abril.

A rodovia atravessa a reserva entre as duas cidades no Alto Uruguai. Com o bloqueio, de acordo com o vice-prefeito, a única saída obriga a passar por Nonoai, Góio En - divisa com Santa Catarina - e Erval Grande, para então chegar a São Valentim e seguir a Erechim. Com isso o "transtorno é imenso", avaliou o político, já que todo o transporte, desde saúde a leite, grãos, suínos e aves para chegar a Erechim precisa percorrer quase o dobro da distância.

O mesmo ocorre com a chegada de produtos, especialmente ração, até Faxinalzinho e propriedades do interior. Até a noite desta quarta, as estradas vicinais do interior do município ainda estavam liberadas. "A cidade está parada. O pessoal quase não sai de casa. As pessoas têm medo", observou Torres. A volta às aulas que tinha data prevista para terça-feira 13, desde que com segurança, também não está mais garantida.

Fonte: Correio do Povo



Indígenas podem ser despejados para 463, onde oito já morreram. MPF divulga vídeo
SÍTIO DOURADOS AGORA, 08.05.2014

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=AZB-b8aCp4Y

Numa estreita faixa de terra no sul de Mato Grosso do Sul, a sete quilômetros do município de Dourados, entre uma plantação de cana-de-açúcar e o que restou de um pedaço de mata, já castigada pelo escoamento do veneno da produção agrícola, quinze famílias do povo Guarani/Kaiowá lutam por sua dignidade e pelo direito de viver no território sagrado e ancestral ao qual pertencem: o Tekohá Apyka'í.

A cacique Damiana Cavanha, que há mais de 25 anos vê sua família e comunidade ser massacrada em nome do "desenvolvimento", não hesitou ao saber que serão despejados dos menos de dois hectares que ocupam e que a decisão judicial os obrigará – porque não têm onde viver – a voltar para as margens da rodovia BR-463, onde sobreviveram em condições subumanas do final da década de 1990 até setembro de 2013, quando retomaram uma pequena porção de seu território onde hoje incide a fazenda Serrana.

Um recurso pedindo a suspensão da reintegração de posse ainda deve ser protocolado no Supremo Tribunal Federal (STF). Enquanto isso a Polícia Federal pode ser acionada a qualquer momento para cumprir a ordem de despejo. O clima de tensão pelo risco iminente remete ao histórico de violências que os indígenas de Apyka'í foram submetidos ao longo do tempo.

No ano de 2008, numa tentativa de retomar parte da terra, acabaram num estado de sítio. Em 2009, um grupo armado atacou a comunidade. Barracos foram queimados e tiros atingiram duas pessoas. A situação foi denunciada ao MPF, que começou a investigar a empresa prestadora de serviços de segurança em propriedades com conflito fundiário. Em janeiro deste ano a Justiça decretou a dissolução da Gaspem, por constatar o envolvimento direto da empresa na morte de duas lideranças e em ataques à dezenas de comunidades indígenas do Estado.

Damiana Cavanha diz que as ameaças continuam. "A gente tem medo porque muita criança vive aqui. Nem dormimos mais direito, com medo de chegarem a noite. Os funcionários da usina já vieram pra atacar a gente. Chegam a pé, de madrugada, sem fazer nenhum barulho. Chegam pra botar medo, pra fazer a gente sair. Qualquer dia quando a gente estiver dormindo eles chegam pra queimar os barracos e colocar fogo na gente".

Atropelamentos

Os anos seguiram árduos na beira BR-463 para os Guarani/Kaiowá de Apyka'í: sem acesso à água potável, sem atendimento de saúde, sem educação, saneamento ou alimentação adequada. Sem qualquer direito humano fundamental. Inseridos nesse contexto, esses indígenas vivenciam cotidianamente o medo e a violência.

CONT.



Em 2002 houve a primeira morte por atropelamento. O líder da comunidade e então marido de Damiana, Ilário Cario de Souza, morreu depois de ser atingido por um carro que fugiu sem prestar socorro. Entre 2011 e 2012, outras três pessoas – dois filhos e um neto de Damiana – morreram atropeladas no local. Em março de 2013, enquanto andava pelo acostamento segurando a mão da avó Damiana, Gabriel foi atropelado e teve o corpo arremessado a uma distância de 39 metros. O motorista fugiu. “Tivemos que juntar os pedaços, foi só o que sobrou do corpo. Só alguns pedaços. Foi enterrado perto dos parentes dele”, relata Jorge Batista.

Uma jovem de 17 anos, morreu em janeiro deste ano, quando um caminhão que transportava bagaços de cana-de-açúcar atropelou a jovem, que caminhava no acostamento da rodovia. Ramão Araújo, 41 anos, morreu em circunstância semelhante na noite de 14 de março, atingido por um veículo Toyota Hilux em alta velocidade. Em todos os casos os motoristas fugiram e ninguém foi responsabilizado. Os indígenas dizem que são assassinatos premeditados.

Oito pessoas já morreram durante os anos de espera pela demarcação de Apyka’i. Um relatório produzido pelo MPF denunciou a situação: “Não se trata de hipérbole quando se fala em genocídio, pois, a série de eventos e ações perpetradas contra o grupo, desde o final da década de 1990, tem contribuído para submeter seus membros a condições tolhedoras da existência física, cultural e espiritual. Crianças, jovens, adultos e velhos se encontram submetidos a experiências degradantes que ferem diretamente a dignidade da pessoa humana. [...] A situação por eles vivenciada é análoga àquela de um campo de refugiados. É como se fossem estrangeiros no seu próprio país.”.

Em agosto de 2013, durante visita aos acampamentos e aldeias indígenas de Mato Grosso do Sul, o secretário-geral da Anistia Internacional, Salil Shetty, afirmou depois de conhecer o acampamento Apyka'i: “Visitando essa região, me sinto em um lugar onde direitos humanos não existem”. Pouco depois da ida de Shetty um grande incêndio devastou os barracos dos indígenas, que perderam o pouco que tinham.

Mesmo com o trágico histórico de mortes, violência e miséria que permeia a vida dos Guarani/Kaiowá de Apyka’i, eles resistem. Damiana é enfática: “Não vamos sair do nosso Tekohá de jeito nenhum. Há 25 anos que eu luto pra gente ficar no Tekohá Apyka’i, que é o lugar onde a gente tem que ficar. Onde meu avô, minha mãe, meu pai viveram e foram enterrados. Polícia pode vir aqui, mas a gente não vai sair, não. Não quero voltar pra beira da estrada pra ver mais parentes morrer.”.



Justiça aponta falhas em saúde indígena no Estado

SÍTIO FOLHA DO ESTADO, 08.05.2014

A Justiça Federal deu prazo de 30 dias para a União resolver problemas de estrutura física, falta de medicamentos básicos, equipamentos e equipe insuficiente encontrados em sete postos de saúde indígena no interior de Mato Grosso.

O juiz Ilan Presser estipulou multa diária de R\$ 10 mil contra a União caso não resolva os problemas apontados em auditoria realizada pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS (DENASUS) em maio e junho de 2013 nos municípios de Sapezal, Campo Novo do Parecis e Tangará da Serra.

A partir destes problemas, o Ministério Público Federal (MPF) impetrou ação civil pública solicitando que o Ministério da Saúde solucionasse os graves problemas encontrados. No julgamento da ação, Presser constata que os índios da etnia Maxakali estão sofrendo grave elevação da taxa de mortalidade infantil, incidência de doenças de veiculação hídrica, de desnutrição, dentre outras, advindas das relações estabelecidas com a sociedade envolvente.

Na própria ação do MPF, a União se manifestou argumentando que algumas irregularidades já foram parcialmente acatadas e atendidas. Entretanto, o magistrado cita em sua sentença que o atendimento de saúde das populações indígenas dos municípios vistoriados ainda apresenta as precariedades relatadas.

Ilan Presser ainda destacou que, embora não seja competência do Poder Judiciário promover políticas públicas, nos casos em que o Poder Público não realiza os direitos fundamentais à vida e à saúde previstos na Constituição Federal, justifica-se a intervenção do Estado-juiz para impor a obrigação aos órgãos públicos de realizarem os fins para os quais foram criados.

“É incoerente e descabida a aplicação do princípio da reserva do possível nesse caso, em que o Estado utiliza-se desta máxima com o objetivo claro de justificar a sua omissão na implementação de políticas públicas, que buscam a satisfação de interesse público primário.

A presente demanda visa justamente a garantir o mínimo existencial referente à saúde e vida dos povos indígenas afetados pelas deficiências apontadas nos postos de saúde indígena”, diz trecho da sentença.

O Ministério da Saúde se comprometeu a se manifestar sobre os problemas e a decisão até o final desta semana.



Deputados federais discutem cidadania indígena e quilombola em MS

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 08.05.2014

Com a intenção de ampliar a discussão sobre a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 215/2000, que faz referência à cidadania indígena e quilombola, a Comissão Especial de Demarcação de Terras Indígenas da Câmara dos Deputados vem a Campo Grande, amanhã (9), para a realização da conferência "Processo de Demarcação de Terras Indígenas".

Veja Mais

- › Governo prorroga prazo para produtor utilizar formulários de Nota Fiscal
- › Treinamento de cobrança do Imposto Territorial Rural começa amanhã na Capital

O debate ocorrerá às 9h, na Assembleia Legislativa, e contará com a presença dos deputados estaduais de Mato Grosso do Sul. O presidente da comissão de Brasília (DF), deputado federal Afonso Florence, presidirá a conferência.

Representantes da Câmara Federal, o relator Osmar Serraglio e os coordenadores da comissão em Mato Grosso do Sul, deputados federais Reinaldo Azambuja e Luiz Henrique Mandetta, também participarão do debate. Representantes dos indígenas e dos produtores rurais também devem comparecer.

Para o diretor secretário da Famasul (Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul), Ruy Fachini, a conferência é uma oportunidade para se discutir a garantia dos direitos indígenas e a segurança jurídica dos produtores rurais.

"É a chance que a população tem de formalizar seus pontos de vista e contribuir para que sejam criadas regras que garantam direitos constitucionais, como o amparo ao indígena e o direito à propriedade, descumprido pelas invasões", explicou Fachini.

Mato Grosso do Sul será o quinto estado brasileiro a receber a conferência da Câmara dos Deputados. O debate já foi realizado em Santa Catarina, Pará, Rio Grande do Sul e Mato Grosso. Daqui, os parlamentares de Brasília seguem para a Bahia, na próxima segunda-feira (12). O texto final será debatido na capital federal com todos os representantes.